

# Revitalização linguística, aprendizagem de línguas em situação diglóssica e de contato linguístico propriedad e linguística e ensino-

Angela Bartens, Universidade de Turku  
<https://orcid.org/0000-0002-1079-5199>  
Bianca Benini-Morotttaja  
<https://orcid.org/0009-0003-1314-4097>

Resumo: Nesta contribuição, estudamos a revitalização de três línguas minorizadas: os crioulos lexificados pelo inglês das ilhas do Caribe colombiano São Andrés e Providência e o Apurinã, uma língua de raiz Aruaque falada no sul do estado brasileiro Amazonas. Convivem numa relação diglóssica com as línguas oficiais dos países, o espanhol e o português. Atualmente, pode-se observar o vazamento da diglossia como resultado da valorização das línguas minoritárias em todo o mundo. A medida mais importante nesse processo de revitalização é o passo para a escrita, imprescindível para o ensino-aprendizagem e, finalmente, tanto a transmissão intergeracional como sua sobrevivência. Depois de uma apresentação pormenorizada da sociohistória e atualidades das comunidades de fala, nos permitimos formular algumas recomendações caras no que diz respeito ao futuro das línguas.

## palavras-chave: línguas crioulas; línguas aruaques; revitalização linguística; escrita; ensino-aprendizagem

### 1. Introdução: os conceitos-chave

Para abordar nosso tema, que é a revitalização linguística por meio do ensino-aprendizagem das línguas minoritárias de São Andrés e Providência e o apurinã, é importante apresentar alguns termos e conceitos-chave que utilizaremos. A escolha do crioulo dessas línguas e não, por exemplo, o crioulo lexicado pelo inglês da costa atlântica de Nicarágua, parente próximo da variedade de São Andrés e Providência, e o tupi. Além de constituírem as especialidades das duas autoras, queremos sinalar que a situação dos crioulos é bastante semelhante, enquanto o peso sociolinguístico e histórico do tupi é muito mais importante que o das demais três línguas, o que faz com que não seja apta para este estudo.

Trata-se da revitalização e recuperação linguísticas, da Linguística Documentária, da Pesquisa-Ação Participativa, das ideologias linguísticas, da vitalidade etnolinguística, e da propriedade da língua, assim como do ensino-aprendizagem com referência à escrita e às novas tecnologias.

Somente recentemente se fala da recuperação de línguas junto à revitalização linguística, a diferença sendo que no caso da primeira já não há nenhum falante, enquanto no segundo caso ainda sobrevivem falantes, os quais muitas vezes são idosos que podem participar na reconstrução do idioma. No caso da recuperação, a documentação mediante textos escritos tem o mesmo papel. É preciso sublinhar que esse tipo de informação pode apresentar mais recursos que aquela que obtemos dos falantes cuja competência pode ser muito reduzida. O êxito da revitalização e recuperação de uma língua requer tanto recursos materiais como imateriais, e ainda um grau de envolvimento muito alto por parte das pessoas que empreendem e participam desse projeto. É possível afirmar que, por isso, não é de admirar que o projeto mais exitoso e bem-sucedido de recuperação de uma língua é aquele da reconstrução do hebraico moderno pela ressuscitação da tradição escrita para fins científicos e literários e de língua A numa situação diglósica

(Ferguson 1959)<sup>1</sup> que tinha perdido os últimos falantes de L1 durante o terceiro século, em parte a partir de textos litúrgicos (Ruben & Kahn 2020). Eliezer Ben-Yehuda (1858–1922), cuja língua materna era o iídiche, teve um papel crucial nesse processo ao criar seus filhos em hebraico, tornando-os os primeiros falantes nativos do hebraico moderno (Coulmas 2016).

No caso de línguas que ainda têm falantes, quer dizer, numa situação de revitalização linguística, os pesquisadores procuram, seguindo o paradigma da Linguística Documentária, coletar uma amostra de dados primários o mais representativa possível, constando de diferentes tipos de textos e registros. Muitas vezes, é aconselhável a colaboração com outras disciplinas, por exemplo, estudiosos do Folclore, História, Ciências Sociais e da Saúde. Uma vez conseguido o valioso o material – pode ser que seja o último que possa recolher junto a falantes nativos –, é de suma importância a conservação dos dados recolhidos. Na Finlândia, o Instituto de Pesquisa das Línguas Nacionais tem arquivos exemplares de variedades do finlandês, sueco, sámi, romani, e das línguas de sinais finlandesas (finlandês e sueco). Neste processo de arquivagem, os dados devem ser codificados de uma forma precisa para poder depois reconstruir o contexto sociocultural em que foram produzidos.

Atribui-se cada vez mais importância aos membros da comunidade – não só é necessário observar um código de ética restrito, como também procurar devolver algo à comunidade, se ainda existir. Inclusive em casos em que a língua quase já não se fala, uma coleção de memórias ou contos, ou a criação de dicionários dos falantes pode ter um simbolismo enorme para a comunidade. Para casos de perda linguística menos avançados, vale a pena considerar a Pesquisa-Ação Participativa pode ser uma opção viável como método de coleta de dados. Desse modo, a pesquisa beneficia ambas as partes.

Ao abordar o papel dos próprios falantes, levanta-se a questão sobre a necessidade de revitalizar ou até mesmo ressuscitar todas as línguas em diversos contextos. Desde o ponto de vista da diversidade biocultural (Maffi & Woodley 2010), a manutenção da diversidade linguística é necessária para a conservação e transmissão de sabedoria quanto ao habitat tradicional de um

---

<sup>1</sup> No modelo de diglossia de Ferguson (1959), as línguas altas (A) e baixas (B), são línguas de uso formal, escrito e informal e muitas vezes sem ortografia, devem fazer parte do mesmo diasistema (Weinreich 1954), enquanto Fishman (1967) introduz a possibilidade de que sejam línguas sem parentesco.

povo (Crystal 2000). Também há casos em que uma comunidade optou por alterar sua língua, a fim de se integrar à sociedade ao seu redor. Este é o caso da língua papia kristang de Malacca após a independência da Malásia em 1957 (David – Noor 1999). Como são os falantes quem já não querem enfrentar a discriminação, nós como linguistas, temos que aceitar a sua decisão. Só podemos expor as vantagens de conservar esse veículo de transmissão intergeracional. No contexto específico do papia kristang no passado recente, é possível notar iniciativas para inverter esse processo (Lim & Ansaldo 2016).

As ideologias são crenças fundamentais compartilhadas por uma determinada comunidade e suas representações sociais. Constituem o fundamento da comunidade no sentido de uma memória coletiva que influi nas normas e valores manifestados por essa comunidade. Trata-se, em breve, de uma configuração pela qual os membros do grupo interpretam o mundo (cf. Apousai 2004). Ao mesmo tempo, criam relações de poder (Bourdieu 1991) que marcam as atividades dos membros de um grupo e, antes de tudo, a sua disposição de assimilar novos conhecimentos. Por isso, outra maneira de defini-las seria dizer que essas ideologias constituem uma forma de autorrepresentação coletiva.

As ideologias linguísticas, mais concretamente, são um conjunto geral de crenças, ideias, visões e percepções sobre práticas linguísticas apropriadas compartilhadas por uma comunidade de fala. Essas crenças derivam de e influenciam as práticas com que estão associadas. Por exemplo, definem os valores e o prestígio atribuídos às variedades e variáveis linguísticas em função de que se escolham formas linguísticas. Pela geral, a comunidade visa uma ideologia consensual, mas também podem coexistir ideologias concorrentes dentro de uma mesma sociedade. As ideologias linguísticas constituem a base para a gestão linguística através da política linguística; esta última inclui as práticas linguísticas já mencionadas (Woolard & Schieffelin 1994; Apousai 2004; Spolsky 2004).

A vitalidade etnolinguística, por sua vez, é intimamente ligada às ideologias linguísticas da comunidade. O mais sensato é defini-la mediante a ação: “A vitalidade etnolinguística é geralmente definida como o que torna um grupo propenso a se comportar como uma entidade coletiva distinta e ativa em situações intergrupais.” (Giles, Bourhis & Taylor 1977: 308; cf. Landry & Bourhis 1997; Nettle & Romaine 2000). Para que haja ação, tem que existir um

compromisso afetivo: “Quanto mais forte for o compromisso afetivo, mais vitalidade o grupo possui.” (Ehala 2009: 38).

Pavlenko & Norton (2007: 669) argumentam que a linguagem é um “locus de organização social e de poder e uma forma de capital simbólico”. Por esta mesma razão, a propriedade da língua torna-se uma questão crítica nas comunidades de fala minoritária. A propriedade da língua pode ser concebida como a reivindicação legítima que os falantes têm sobre o desenvolvimento de sua língua (Wee 2002: 283). Está ligada a conceitos como os de falantes legítimos, nativos e de língua materna – bem como “neofalantes” ou “falantes periféricos” – e, em última análise, à questão da pertença a uma comunidade de fala (O’Rourke 2011: 327; Costa 2015; Labov 1972).

A questão da propriedade da língua pode tornar-se uma questão muito sensível em determinados contextos pós-coloniais, como nas comunidades crioulas de São Andrés e Providência. Nesses locais, a contribuição de falantes periféricos, por exemplo, membros da família, residentes de longa data e com interesse de aprender a língua do cônjuge/o pai/a mãe, também se revela essencial para a preservação da língua.

Pela situação diglôssica em que as línguas minorizadas e, sobretudo, os crioulos que compartilham o léxico convivem com a sua língua A (Ferguson 1959), o termo “ensino-aprendizagem” sugere que se refere à aquisição de uma L2 ou de uma variedade comparável com uma L2. O grau de formalidade do contexto da aquisição pode variar de círculos linguísticos com um alto grau de improvisação, passando por iniciativas de base ao ensino institucional. Novamente, é importante lembrar que os desafios na recuperação de línguas extintas são bem diferentes (cf. Zuckermann & Walsh, 2011; Zuckermann & Monaghan, 2012) à revitalização. Contudo, tendo os recursos necessários, é possível recuperar uma língua extinta (Zuckermann 2020, 2021).

No ensino-aprendizagem de uma língua minoritária ou minorizada, o papel da escrita é fundamental: Acreditamos que, considerando as ideologias linguísticas mundiais atuais, escrever uma variedade linguística específica tem se tornado parte da sua essência como língua. A uniformização da escrita de línguas de parentesco próximo ou de tradição gráfica comum (Lüpke 2018) abre a possibilidade de compartilhar materiais didáticos, um aspecto que pode parecer utópico, mas que, a longo prazo, pode se mostrar de grande relevância (Bartens 2022; 2024).

No entanto, postulando um continuum oralidade – literacia (Ong 1982; Thaler 2003; Montes-Alcalá 2016), as novas tecnologias, como mensagens de texto, bate-papos ou Facebook, permitem que os crioulos e outras línguas minorizadas entrem, por assim dizer, pela porta dos fundos no domínio da escrita. Tendo em conta que o ciberespaço tem desenvolvido uma ordem sociolinguística própria (Mair 2020), a planificação linguística de baixo para cima permite a descolonização das relações de poder tradicionais entre as línguas/variedades A e B, pondo assim na prática a democratização das antigas práticas de elite. Especialmente as línguas mais periféricas e ameaçadas do mundo se beneficiam das oportunidades oferecidas pela Internet (Eisenlohr 2004; Cormack 2007).

Por outro lado, ainda que, por exemplo, um bate-papo virtual constitui um espaço seguro para praticar o neoliteramento, volta a surgir a problemática da propriedade da língua, agora com a problemática de o que é um nível suficiente de conhecimentos para determinar os traços do novo padrão que se constrói no sentido da criação de uma língua (cf. Eckert & McConnell-Ginet 1992; Krämer et al. 2022; Labov 1972). Este é o preço dos neofalantes como uma das forças motrizes da manutenção linguística.

O texto está estruturado da seguinte maneira: inicialmente, apresentamos três comunidades estudadas desde o ponto de vista sociohistórico e atual. Em seguida, abordamos os mecanismos de revitalização linguística que se observam em cada uma dessas comunidades, com ênfase na escrita. Depois de examinar os desafios do ensino-aprendizagem, realizamos uma comparação entre as comunidades pesquisadas e no quadro das comunidades minorizadas em vias de escrituralização. Por fim, formular recomendações para os próximos passos das comunidades crioulas de São Andrés e Providência, de um lado, e a da comunidade apurinã, de outro.

## 2. As comunidades linguísticas estudadas

### 2.1. A comunidade crioula de São Andrés e Providência

São Andrés e Providência é um departamento colombiano insular no Mar Caribe, situado a uns 220 quilômetros da costa oriental de Nicarágua e uns 775 quilômetros do continente colombiano. As três ilhas (Santa Catalina, uma ilha pequena, é separada de Providência por um canal de uns 150 metros de

largura) têm uma superfície total de só 52 km<sup>2</sup>, o que faz com que o território com 62.000 habitantes<sup>2</sup> tenha a densidade populacional mais alta da Colômbia com 1262 habitantes por km<sup>2</sup> (cf. DANE 2019). No censo anterior, do ano 2005, 23.396 dos 59.573 habitantes oficialmente contados do arquipélago se autodescreveram como raizais, descendentes dos amos britânicos e seus escravos, mas fontes não oficiais indicam que a população é bem superior a 100.000 e que existem aproximadamente 20.000 raizais, todos os quais não falam crioulo. De todas as formas, os raizais constituem uma minoria em São Andrés. A Providência não se envolveu no projeto de porto livre a partir de 1954, o que resultou na transformação de São Andrés em um destino turístico de massas, atraindo um número crescente de imigrantes colombianos, o que impactou profundamente sua configuração social. Dessa vez, apenas cerca de 500 dos 4.500 residentes de Providência não pertencem à população raizal.

Nas ilhas – e na diáspora – se falam crioulos lexificados pelo inglês, descendentes do crioulo da Jamaica trazido pelos antepassados da população atual em torno do ano 1730. Considera-se que o crioulo se formou durante a segunda metade do mesmo século como crioulo de segunda geração na taxonomia de Chaudenson (1992). Além desse vínculo, os crioulos são intimamente relacionados com outros crioulos do Caribe Ocidental. Isso dificulta a reconstrução da direção da difusão de traços linguísticos e culturais, como a variação do complementador *fi/fa/fu*: *fi* no crioulo de São Andrés (e Jamaica), *fa* no da antiga Costa da Mosquitia, hoje de Nicarágua, e Providência.

Até agora temos apresentado os crioulos de São Andrés e Providência como se fossem definidos pelos limites geográficos do seu caráter insular. É definitivamente um dos fatores que os define, mas, por muito pequenas que sejam as ilhas, apresentam variação dentro delas. Além disso, os crioulos fazem parte de um contínuo histórico, conforme o modelo do modelo do contínuo crioulo proposto por DeCamp (1971) e Bickerton (1975), no qual o crioulo do São Andrés o basilecto, ou seja, a variedade mais removida do inglês, passando pelo mesolecto da Nicarágua e culminando no acrolecto, que é a variedade mais próxima ao inglês, de Providência. No sentido estrutural, o conceito do continuum crioulo tem sido legitimamente criticado, enquanto é uma realidade no sentido perceptivo para muitos falantes (cf. Siegel 2010;

<sup>2</sup> O último censo é do ano 2005 e os 62 000 habitantes lá registrados se constituem provavelmente uma figura muito mais baixa do que a população real.

Preston 1989), já que a maioria dos falantes não tem feito uma distinção clara entre crioulo e inglês. Com efeito, durante muito tempo os providencianos mantiveram não falar crioulo mas inglês (Bartens 2009).

Com a mudança global das atitudes linguísticas, inclusive na Providência, os membros da comunidade têm atualmente orgulho em falar crioulo, ainda que em menor grau do que em São Andrés. Além disso, existem pequenas diferenças entre falantes do sexo feminino e masculino: Os falantes do sexo masculino têm atitudes mais positivas em relação ao inglês em ambas as ilhas e em relação ao crioulo de São Andrés (Flórez 2006).

Essa mudança radical de atitudes tem ocorrido aproximadamente nos últimos vinte anos, resultando na reafirmação cultural e linguística dos raizais (cf. Bartens 2019). Trata-se de um desenvolvimento compartilhado por comunidades que usam línguas minoritárias, ameaçadas e até "extintas" em todo o mundo (cf. Eloranta & Bartens 2020).

Previamente, o caso dos crioulos e, neste aspecto, ante tudo o de São Andrés, tendo em conta que a relutância dos providencianos de reconhecerem falar um crioulo, tem sido bem diferente. O inglês já não fazia parte do repertório diário de cada ilhéu, posto que primeiro tinham tido lugar uma hispanização e catolicização forçadas e gradualmente introduzidas entre 1902 e 1926. Os topônimos tradicionais foram alterados para o espanhol em 1943; em seguida, ocorreu a mesma transformação com os antropônimos, de forma que, por exemplo, a família Martheen se viu obrigada a adotar o sobrenome espanhol Martínez. O uso do inglês foi proibido no ensino público em 1946 e nas escolas privadas, como a da Primeira Igreja Batista, em 1956 (Guevara 2007). Contudo, em alguns casos, os pais dos alunos recorreram à resistência física para impedir o processo (Clemente, 1991). Houve queimas de Bíblias protestantes (e inglesas) nas décadas de 1940 e 1950 e ser católico se fez obrigatório para ser funcionário ou conseguir uma bolsa de estudo para o interior do país. O resultado pode ter sido a recrioulização do santandresano, enquanto os providencianos tinham mais sucesso em manter a sua fala, pois, como constatamos anteriormente, a sua ilha não se declarou porto livre. Os problemas atuais de São Andrés podem se derivar direta ou indiretamente da superpopulação.

As primeiras mudanças ocorreram com a criação do sistema nacional de etno-educação em 1978 e a recomendação do Comitê Interministerial para a Integração das Ilhas no Plano de Integração Nacional de preservar o

bilinguismo em 1980. Aqui se faz referência ao bilinguismo espanhol-inglês, meta posteriormente planteada para todo o país nos anos 2000. Um passo decisivo tem sido a Constituição colombiana de 1991, que concedeu ao Departamento de São Andrés, Providência e Santa Catalina um status especial, elaborado na Lei 47 de 1993, que permite uma certa autodeterminação. Por exemplo, menciona como línguas cooficiais o espanhol e o “inglês falado à maneira das ilhas” (“English spoken in the manner of the islands”), que também pode incluir o crioulo (Función Pública 1993; Bartens 2019: 396).<sup>3</sup> A Lei 1381 de Línguas Nativas de 2010 vai ainda mais longe: garante o uso das línguas da população afrodescendente e indígena em contextos oficiais em todo o território nacional e prevê apoio para sua revitalização ou recuperação (Función Pública 2010). Lamentavelmente, as possibilidades oferecidas pela legislação não têm sido exploradas plenamente.

As formulações do tipo “inglês falado à maneira das ilhas” contribuem para a manutenção do estereótipo segundo o qual os crioulos representam “inglês mal falado ou roto”. Também é preciso lembrar que os raizais têm tradicionalmente professado uma grande lealdade para com os britânicos e sua língua (Guevara 2007). Embora Eberhard et al. (2022) atribuam o nível EGIDS 6a “Vigoroso” ao crioulo de São Andrés-Providência, o futuro da comunidade depende então em grande parte da perseverança dos esforços de manutenção dos crioulos. Fatores de perigo são constituídos pelos meios de comunicação de massa e as novas tecnologias, assim como as intervenções de política e planejamento linguísticos. Por exemplo, em meados dos anos 2000, o governo central formulou uma política de bilinguismo com o inglês para todo o país, que foi duramente criticada por profissionais da língua e do ensino. Também existem programas de intercâmbio de professores de inglês do continente colombiano que partem do princípio de que seus colegas raizais são falantes nativos do inglês padrão.

O legado africano, por outro lado, tem sido tradicionalmente amplamente minimizado, enquanto tanto o crioulo quanto o inglês se podem ser considerados línguas de herança dos grupos raizais, apesar do uso ainda relativamente limitado do inglês caribenho padrão no contexto atual (Dittman 1992; Schoch Angel 2021: 217–218).

---

<sup>3</sup> Veja-se 3.1. para desenvolvimentos mais recentes e radicais.

## 2.2. A comunidade apurinã

Segundo o pesquisador Facundes (2000), o termo “apurinã” é usado na língua portuguesa para se referir tanto ao povo indígena *pupŷkarywakury* como à língua – que pertence à família linguística aruaque – falada por eles. A família linguística Aruaque destaca-se como uma das mais significantes do continente americano, pois contém muitas línguas que estão espalhadas por uma grande área territorial. Atualmente, a estimativa abrange 400 mil pessoas e cerca de 30 línguas que permanecem vivas e faladas até hoje (Brandão & Facundes 2007).

Tradicionalmente, o povo apurinã habita as margens do rio Purus, localizado no sul do Estado do Amazonas, Brasil, e ainda em comunidades que estão no caminho entre Rio Branco e Boca do Acre. Existem, ainda, indivíduos que residem nas áreas periferias das cidades, como as de Manaus (AM), Rio Branco (AC), Boca do Acre (AM), entre outras. E ainda, juntamente com outras etnias (Facundes 2000; Lima-Padovani 2016).

De acordo com os números mais recentes, há aproximadamente 10.228 apurinãs (Table of Indigenous people 2018), que estão distribuídos oficialmente em 24 terras indígenas e em várias comunidades (Lima-Padovani 2020). Eles vivem da pesca, caçam e também praticam a agricultura itinerante. No entanto, muitos apurinãs também vivem em ambientes urbanos ou próximos das áreas urbanas (Virtanen 2015a). Em relação à organização social, o antropólogo Francisco Apurinã sustenta que a sociedade apurinã se divide em dois grupos: *meetymanety* e *xiwapurynyry*. A partir dessas categorizações, também são definidas “as práticas alimentares, de etiqueta, de gênero, familiares, sociais e políticas” (Apurinã 2019: 69).

A partir das pesquisas apresentadas por Facundes et al. (2020), é possível inferir que o primeiro contato dos apurinã com os falantes da língua dominante, o português brasileiro, tenha se dado há menos 200 anos. A pesquisadora Lima-Padovani (2016) aponta que a situação sociolinguística da língua apurinã retrata consequências dos conflitos internos e também a exploração intensiva dos seus territórios, principalmente no período de grande comercialização da borracha. A pesquisadora também aponta que os apurinãs eram proibidos de falar a sua língua, o que “gerou um grande sentimento de desvalorização da identidade indígena” (Lima-Padovani 2016: 35).

Conforme as mais recentes pesquisas, a língua apurinã é falada aproximadamente por 10% da população, apresentando variações quanto ao nível de fluência (Lima-Padovani, 2020; Facundes et al. 2020). Os grupos são bilíngues, a segunda língua é o português brasileiro. Apenas os mais velhos são percebidos como falantes proficientes da língua; dessa forma, observa-se uma interrupção na transmissão do idioma entre as gerações, uma vez que as crianças não adquirem o apurinã como sua primeira língua (Lima-Padovani 2020). Assim, é possível afirmar que ocorre uma fragilização nos usos da língua apurinã.

### 3. O passo à escrita como ferramenta da revitalização linguística

#### 3.1. São Andrés e Providência

Como dito anteriormente (1.), acreditamos que, considerando as ideologias linguísticas agora mundiais, hoje em dia já não existem alternativas viáveis ao passo à escritura (Bartens 2022), realidade acertada por cada vez mais falantes dos crioulos do Caribe ocidental. Por isso, a pergunta central na revitalização dos crioulos de São Andrés e Providência é se devem ser escritos ou não. Este tópico surge em nossas entrevistas conduzidas e na observação participativa desde 1999 nas comunidades crioulas em questão. A nossa aproximação é qualitativa.

Por exemplo, Freeland (2004: 131–132) sinaliza que, com o passo à escrita, os crioulos levam à perda da criatividade e, por conseguinte, à essência do crioulo. Posturas contra a escrita de línguas crioulas se encontram também em French & Kernan (1981) sobre o crioulo da Belize.

Para citar um ponto de referência mais próximo, o crioulo da costa nicaraguense estudada por Freeland e outros (por exemplo, Bartens 2013b) é muito próximo aos crioulos de São Andrés e Providência não só historicamente, senão também no que se refere à atualidade. Todos os três crioulos têm reconhecimento oficial pela legislação: O crioulo é língua cooficial nas duas regiões autônomas de Nicaragua (as Regiões Autônomas da Costa Caribe Norte e Sul) e convive com o espanhol. Apesar do *status* que o crioulo tem nas regiões autônomas, segue sendo a língua B em muitos contextos. Com efeito, como em São Andrés e Providência – e praticamente

todos os crioulos que coexistem com a sua língua lexificadora –, se percebe como inglês mal falado. Por isso, os próprios falantes têm muita dificuldade em reconhecê-los como sistemas linguísticos autônomos e até pouco tempo atrás não deram importância às iniciativas de revitalização e de criação de uma escrita.<sup>4</sup>

Também por isso e apesar das possibilidades oferecidas pela nova constituição e anteriormente o conceito de etnoeducação, os esforços de preservação e promoção do crioulo sofreram de descontinuidade. A educação trilingue (em inglês, crioulo e espanhol) é, porém, essencial para a construção de um sistema educacional equitativo que ajude, entre outros fatores, a acabar com o monolinguismo que caracterizou o sistema educacional nacional e a tendência de investir apenas em programas bilíngues (inglês-espanhol) deixando de lado a educação nas línguas crioulas (Sanabria James et al. 2019). Citamos como exemplo o programa trilingue “Projeto Trilingue 2000” que foi gerido entre 1999 e 2004 com a ajuda do Instituto Linguístico de Verão e em que se produziram materiais como o *ABC Stuuriz. An Islander English Reader* (cf. Bartens 2013a: 103).

Para este fim, foi necessário criar uma ortografia. As primeiras sessões de trabalho foram organizadas pela Universidade Cristiana de São Andrés, Providência e Santa Catalina e o Instituto Linguístico do Verão entre 1997 e 2001. Tomaram o crioulo da Belize como ponto de referência, posto que o processo de escrituralização foi mais avançado.

Contudo, a língua oficial de Belize é o inglês, enquanto o espanhol é o idioma dos imigrantes da América Central que fugiram dos conflitos armados, do crime e da pobreza. Inicialmente língua menosprezada, o espanhol exerce cada vez mais pressão no crioulo. Tendo em conta que a transição à ortografia inglesa é obrigatória, pois é o idioma de escolarização, aplica-se o modelo fonêmico baseado em regras que essencialmente reproduz a escrita inglesa, mas regulariza as formas inglesas idiossincráticas (Decker 2005). Ainda que o espanhol se empregue pouco por escrito, uma das razões para descartar uma ortografia fonêmica pelos falantes foi a semelhança com a escrita espanhola. O mesmo argumento tem sido citado nas comunidades insulares. O modelo ortográfico que se está experimentando, experimentando para os crioulos das

---

<sup>4</sup> Uma diferença bastante importante entre os crioulos insulares e o nicaraguense é que na última comunidade de fala o câmbio de código é muito frequente, nas primeiras não.

ilhas é, porém, mais bem fonêmico com algumas exceções: As palavras [ʃ̃ siti] ‘cidade’ < *city* e [ʃ̃ kou] ‘vaca’ < *cow* supostamente vêm mais bonitos quando escritas como {sity, kou}. Até agora, o projeto mais extenso de escrituralização tem sido a tradução do Novo Testamento para o crioulo sanandresano, completada em 2015.

### 3.2. O apurinã

O apurinã, desde o começo da colonização no Brasil, tem perdido os seus espaços de uso e desapareceu em virtude da quebra da transmissão da língua entre as gerações do povo. Nesse contexto, é importante sublinhar que as pesquisas relativas à documentação e revitalização vêm crescendo no país (Soares et al. 2024). Em relação a práticas concretas de revitalização da língua apurinã, podemos destacar a produção de materiais didáticos voltados para alfabetização, um livro de conversação, uma coletânea de narrativas tradicionais apurinã, um dicionário de fauna e flora, assim como um dicionário geral bilíngue apurinã-português/português-apurinã. Em conjunto com o material, realizaram-se oficinas com os professores e algumas lideranças apurinã, a fim de debater os usos dos materiais. Nessas oficinas, puderam debater, por exemplo, a ortografia, aspectos gramaticais da língua, e também foram apresentadas propostas de atividades, incluindo assim no material de documentação as discussões acerca da variação encontrada na língua apurinã. A partir dessas ações desenvolvidas em conjunto com a comunidade apurinã, as pesquisadoras Lima-Padovani et al. (2019) observaram uma atitude positiva dos participantes em relação às oficinas, e assim “[...] permite perceber que a língua apurinã passou a ganhar um *status* social mais elevado dentro da sociedade” (Lima-Padovani et al. 2019: 922) e, dessa forma, ampliar também os seus contextos de uso dentro da comunidade.

Além disso, a experiência com as oficinas revelou a importância da participação, sempre que possível, da comunidade indígena na produção do material, sendo estes considerados como (co)autores (cf. o Paradigma da Pesquisa-Ação Participativa; Benedicto & Mayangna Yulbarangyang Balna 2007). De fato, a investigação realizada por Virtanen (2015b) afirma que, juntamente com o trabalho com a língua, é necessário implementar novas iniciativas e criar novos domínios linguísticos, como cuidados de saúde

nacionais, política indígena, novos gêneros musicais e mídias sociais, para que a língua possa ser o que as línguas deveriam ser, nomeadamente dinâmicas.

## 4. O ensino-aprendizagem das línguas

### 4.1. São Andrés e Providência

À medida que os crioulos têm ganhado mais reconhecimento e as suas funções têm mudado, observamos novas tensões crescentes entre grupos etnolinguísticos e o governo regional e nacional.

A primeira geração de ativistas, que agora vem sendo substituída por uma segunda e até uma terceira, achou muito importante reservar o ensino-aprendizagem da língua, um fator chave na sua sobrevivência, aos falantes legítimos, quer dizer, raizais cujos dois pais também foram ou são raizais. Se os filhos de famílias mistas (raizal com colombiano continental e hispanófono) ou imigrantes aprendiam o crioulo por conta própria, por exemplo, na rua, não se podia impedir. Mas com certeza não deviam ser admitidos aos cursos de crioulo como aqueles oferecidos 1) aos estudantes do ensino secundário e 2) aos professores na escola da Primeira Igreja Batista em 2014-2015 (Bartens 2019: 397).

Hoje em dia, a importância do ensino da língua é reconhecida como um fator-chave na manutenção dos crioulos por Sanmiguel Ardila et al. (2021) e Sanabria James et al. (2019). Consolida a própria língua como símbolo da identidade cultural do arquipélago que fortalece o sentimento de pertença às ilhas. Uma abordagem integrativa do ensino da língua é, portanto, de fundamental importância para a sua vitalidade cultural do arquipélago (cf. Sanmiguel Ardila et al. 2021; Sanabria, James et al. 2019; Ehala 2009). Sanabria James et al. (2019) argumentam que ler, escrever e aprender em crioulo ilhéu, inglês e espanhol neutralizaria séculos de dificuldades de aprendizagem e desigualdade de oportunidades para crianças do grupo étnico raizal.

Embora a introdução dos crioulos nas escolas ainda esteja em um primeiro estágio, já está afetando as atitudes das pessoas em relação aos falantes que, nos seus atos de fala, cruzam fronteiras linguísticas e étnicas na contínua criação de identidades. Essas tensões podem tornar-se um impedimento para obter a tão desejada educação em crioulo.

Em julho de 2022, o governo local emitiu uma nova lei (Sentença do Tribunal número 121 de 07 de julho de 2022). Ela declara que qualquer pessoa que se candidate a um emprego público no arquipélago deve primeiro passar por um exame oral para certificar que fala crioulo. Assim, garante-se que é capaz de servir a comunidade raizal na sua própria língua.

Poucos meses depois, a Secretaria de Educação começou a oferecer um curso de crioulo de 40 horas para as pessoas interessadas em aprender o idioma. Em setembro de 2022, um pequeno reduzido de ativistas raizais irrompeu e boicotou essa classe crioula e transmitiu o protesto pelo Facebook ao vivo. Isso causou uma grande polêmica enquanto os ilhéus argumentaram uns à favor e outros contra o ensino do crioulo para pessoas não pertencentes à etnia.

O próprio vídeo e os mais de 800 comentários nos permitiram extrair muitos exemplos sobre a questão da propriedade da língua. O principal argumento dos manifestantes era que eles [os colombianos hispanófonos] já se tinham apropriado de tudo e que, por isso, não permitiriam que também levassem a sua língua. Por conseguinte, um grande desafio será integrar todos os interessados na preservação e uso funcional do crioulo. O fato de que os raizais manifestem um orgulho sem precedentes na história sociolinguística do arquipélago na sua língua e cultura traz uma politização e até alienação de parte dos ilhéus da luta comum (Bartens 2019, 2022). Nesse contexto, gostaríamos de destacar a importância do trabalho realizado por organizações sem fins lucrativos locais, como a Fundação Píknini, na promoção do crioulo de São Andrés-Providência.

Considerando que os colombianos continentais têm acesso variável a essa língua demarcativa de intragrupo (Ross 2007: 28), a questão da propriedade da língua tem-se tornado de extrema importância nos últimos anos. Schoch Angel (2021) apresentou um teste de disfarce combinado para alunos do ensino médio em Providence que revelou que uma raizal falando espanhol era mais valorizada em termos de superioridade, atratividade social e dinamismo, enquanto uma pessoa considerada “paña” (falante de espanhol) era valorizada negativamente ao falar crioulo. No entanto, os jovens de São André também estudados por Schoch Angel (2021: 226–230) tendem a defender a inclusão e o aprendizado do crioulo para todos, pois reconhecem que o crioulo é importante para a coesão social. Resumindo, em São Andrés e Providência, os

discursos em torno da propriedade da língua constituem um tema multifacetado.

## 4.2. O apurinã

Em relação à revitalização da língua apurinã, podemos levantar alguns pontos importantes adicionais, como a adoção das variedades da língua no material, valorizando assim as diversas variantes atestadas na comunidade. E ainda, que o ensino da língua indígena, como o material utilizado, deve também veicular os saberes indígenas, sua arte e estar conectado com o contexto local. Conforme relatado na seção 3.2., a produção dos materiais didáticos tem sido realizada com a coautoria dos falantes apurinã. A confecção e a estruturação do conteúdo obedecem a critérios e métodos tanto indígenas quanto não indígenas, visando “fortalecer a identidade apurinã” (Lima-Padovani et al., 2019: 920).

## 5. Discussão final

Neste estudo temos examinado os casos dos crioulos de São Andrés e Providência, crioulos do Caribe Ocidental em contato com o espanhol, a língua nacional da Colômbia, e o apurinã, língua indígena brasileira em contato com o português. Em ambos os casos, a realidade multilíngue, resultado do contato de línguas, se manifesta em uma diglossia com uma forte minorização histórica das línguas estudadas. Pela minorização, aquelas línguas se empregavam em funções reduzidas, típicas de uma língua B na classificação de Ferguson (1959). No plano estrutural, não discutido aqui por limites de espaço, a consequência tem sido a imposição e o empréstimo de material linguístico espanhol (cf. van Coetsem 1988), o que tem implicações para a planificação linguística. O apurinã enfrenta os mesmos tipos de desafios no processo de uma variedade linguística agrafa, quer dizer, oral, para uma língua escrita que se ensina na escola.

Considerando as ideologias linguísticas atuais em todo o mundo, escrever constitui uma condição *sine qua non*. Os próximos passos que consolidam a alfabetização da comunidade de fala incluem a transmissão da língua não só em casa, frequentemente interrompida pelo escasso prestígio de que goza por

não se tratar de “uma língua de verdade”, e também pelo ensino, fator-chave na transmissão das línguas minoritárias (Bartens 2022; Benini 2022; Sanabria James et al. 2019; Sanmiguel Ardila et al. 2021). No entanto, isto pode provocar debates nas comunidades que estamos a estudar (cf. Schoch Angel 2021; Bartens & Schoch Angel 2023; Apurinã 2019; Facundes 2000; Lima-Padovani 2016; 2020) que lidam com, por exemplo, a propriedade da língua.

Ainda que seja impossível prever o futuro pela multitude de fatores externos, no caso dos crioulos de São Andrés e Providência, o vazamento da diglossia já é um processo que, resultando por agora, parece irreversível. A razão principal é que, nos últimos vinte anos aproximadamente, ocorreu uma mudança radical de atitudes em relação à reafirmação cultural e linguística de distintos grupos falantes de uma língua minorizada (cf. Bartens 2019).

Por conseguinte, o fenômeno conhecido como “americanizar” (ingl. *americanizing, yanking*) em São Andrés e Providência, relatado pela primeira vez por Edwards (1968: 4), é fortemente desaprovado. Isso sugere que o prestígio encoberto está se transformando em prestígio aberto como resultado de mudanças sociais. Contudo, não é só a revalorização das próprias variedades, senão também a consciência da similitude com outros crioulos da região, que constitui um potencial enorme no que se refere, por exemplo, à elaboração de materiais de ensino (cf. Bartens 2024). O ponto de referência em todo o Caribe Ocidental é a Jamaica onde o crioulo jamaicano tem mais falantes (com a diáspora, os crioulos de Santo André e Providência têm até 30.000 falantes, enquanto o jamaicano tem 3 milhões (Bartens 2013a; Farquharson 2013). A adaptação de materiais de ensino a variedades distintas de uma língua já está sendo praticada no caso do papiamentu das antigas Antilhas Holandesas, Curaçao e Aruba, cuja standardização é relativamente avançada, pois não coexistiram com as suas línguas lexificadoras, o português e o espanhol, como língua(s) A: Com efeito, desde a sua gênese no século XVII, o papiamentu desenvolve-se ao lado do neerlandês como língua dominante. A recente alteração nas atitudes – e aqui as atitudes tanto cognitivas como conativas (Agheysi & Fishman 1970) desempenham um papel significativo, permitindo tal possibilidade aos crioulos lexificados pelo inglês do Caribe ocidental. Por exemplo, no crioulo do Porto Limão em Costa Rica, o fonema espanhol /ɲ/ se integrou no sistema fonológico, o que ainda não aconteceu nos demais crioulos ingleses do Caribe Ocidental. Tendo em conta que o crioulo limonês é outro crioulo de segunda geração com respeito ao jamaicano,

bastaria substituir os {ñ} por {nh} nos materiais destinados aos falantes de crioulo de São Andrés. Finalmente, pela estrutura populacional é muito importante, ante tudo no caso do crioulo de São Andrés, resolver as questões de propriedade linguística a favor de uma aproximação inclusiva.

No que se refere à revitalização de qualquer crioulo lexificado pelo inglês, esta língua serve como ponto de referência de uma língua franca internacional muito potente, além de constituir a base da identidade crioula (Freeland 1993: 75; 1999: 220).

O apurinã não sofre da pressão diglósica do português no sentido de que fosse concebido como uma variedade mal falada do último. Apesar disso, o ensino-aprendizagem e a inclusão de falantes periféricos são necessários para o futuro desenvolvimento da comunidade de fala. Uma ortografia acessível e adequada aos usos reais da língua tem um papel fundamental nesse processo. São pontos de referência possíveis as demais línguas indígenas, entre elas as línguas aruaques, do Brasil por um lado e a nível mundial por outro. A nossa agenda de pesquisa inclui uma comparação com a comunidade Inari Sámi do norte da Finlândia em que parte dos desafios já se tem resolvido, enquanto outros, como a transmissão intergeracional, precisam ser garantidos a longo prazo.

## Referências

- Apurinã, Francisco 2019. *Do licenciamento ambiental à licença dos espíritos os 'limites' da rodovia federal BR 317 e os Povos Indígenas*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Bartens, Angela 2013a. San Andres Creole English. *The Survey of Pidgin and Creole Languages*. Volume 1. *English-based and Dutch-based Languages*, orgs. Michaelis, Susanne – Philippe Maurer – Magnus Huber – Martin Haspelmath. Oxford: Oxford University Press. 101–114.
- Bartens, Angela 2019. Language ideologies in the San Andrés (and Old Providence) Raízal Community on the Way to Democracy. *Neuphilologische Mitteilungen* II CXIX (2018): 393–418.
- Bartens, Angela 2022. Language making and ownership from the perspective of writing creoles. *Journal of Postcolonial Linguistics* 6: 12–37.
- Bartens, Angela – Monique Schoch Angel 2023. *Language contact/conflict, language ownership, and ethnolinguistic vitality on San Andrés and Old Providence*. SPCL Winter meeting, 12.1.2023.
- Benedicto, Elena – Mayangna Yulbarangyang Balna 2007. A Model of Participatory Action Research: the Mayangna Linguists' Team of Nicaragua. *Proceedings of the XI FEL Conference on 'Working Together for Endangered Languages - Research Challenges and Social Impacts'*. Kuala Lumpur, Malaysia: SKET, University of Malaya and Foundation for Endangered Languages. 29–35.
- Benini, Bianca 2022. *(Re)construction and (re)creation of Indigenous languages: a comparative-critical analysis*. Ph.D. project, University of Turku.
- Bickerton, Derek 1975. *Dynamics of a Creole System*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bourdieu, Pierre 1991. *Language and symbolic power*. Oxford, U.K.: Polity Press.
- Brandão, Ana Paula – Sidi Facundes 2007. Estudos comparativos do léxico da fauna e flora Arauaque. *Boletim Do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 2(2): 109–131. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222007000200006>
- Chaudenson, Robert 1992. *Des îles, des hommes, des langues*. Paris: L'Harmattan.
- Clemente, Isabel 1991. *Educación, política educativa y conflicto político-cultural en San Andrés y Providencia (1886–1980). Informe final presentado a la Fundación para la Promoción de la Investigación y la Tecnología*. Bogotá, Universidad de los Andes.
- Cormack, Mike 2007. The Media and Language Maintenance. *Minority Language Media: Concepts, Critiques and Case Studies*, orgs. Mike Cormack – Niamh Hourigan. Clevedon: Multilingual Matters. 52–68.
- Costa, James 2015. New speakers, new language: on being a legitimate speaker of a minority language in Provence. *International Journal of the Sociology of Language* 231: 127–145.
- Coulmas, Florian 2016. *Guardians of Language: Twenty Voices Through History*. Oxford: Oxford University Press.
- Crystal, David 2000. *Language Death*. Cambridge: Cambridge University Press.
- DANE. 2019. Encuesta de habitat y usos socioeconómicos 2019. Archipiélago de San Andrés, Providencia y Santa Catalina. *Estadísticas por tema*.



- Flórez, Silvia. 2006. A Study of Language Attitudes in Two Creole-Speaking Islands: San Andrés and Providence (Colombia). *Íkala, revista de Lenguaje y Cultura* 11 (17): 111–147.
- Freeland, Jane 1993. 'I am a Creole, so I speak English': Cultural ambiguity and the English/Spanish bilingual-bicultural programme of Nicaragua's Atlantic Coast. *Papers from the annual meeting of the British Association of Applied Linguistics, September 1991*, orgs. Graddol, David – Linda Thompson – Mike Byram. Clevedon: Multilingual Matters, 70–83.
- Freeland, Jane 1999. Can the grassroots speak? The literacy campaign in English on Nicaragua's Atlantic Coast. *International Journal of Bilingual Education and Bilingualism* 2(3): 214–232.
- Freeland, Jane 2004. Linguistic Rights and Language Survival in a Creole Space: Dilemmas for Nicaragua's Caribbean Coast Creoles. *Language Rights and Language Survival: A Sociolinguistic and Sociocultural Approach*, orgs. Freeland, Jane – Donna Patrick. London: Routledge. 103–138.
- French, Robert – Keith K. Kernan 1981. Art and artifice in Belizean Creole. *American Ethnologist* 8: 238–258.
- Función Pública 1993. *Ley 47 de 1993 (Febrero 19) por la cual se dictan normas especiales para la organización y el funcionamiento del Departamento Archipiélago de San Andrés, Providencia y Santa Catalina*  
<https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=2780>. Acceso em 01.08.2024.
- Función Pública 2010. *Ley 1381. Ley de Lenguas Nativas*.  
[https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma\\_pdf.php?i=38741](https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma_pdf.php?i=38741). Acceso em 14.08.2024.
- Giles, H. – R. Y. Bourhis – D. M. Taylor 1977. Towards a theory of language in ethnic group relations. *Language, Ethnicity and Intergroup Relations*, org. Giles, H. London, UK: Academic Press. 307–348.
- Guevara, Natalia 2007. San Andrés Isla, Memorias de la colombianización y Reparaciones. *Afro-reparaciones: Memorias de la Esclavitud y Justicia Reparativa para negros, afrocolombianos y raizales*, orgs. Mosquera Rosero-Labbé, Claudia – Luiz Claudio Barcelos. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. 295–318.
- Krämer, Philipp – Ulrike Vogl – Leena Kolehmainen 2022. What is «Language Making»? *International Journal of the Sociology of Language* 274: 51–82.
- Labov, William 1972. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia, PA: University of Philadelphia Press.
- Landry, R. – R. Y. Bourhis 1997. Linguistic landscape and ethnolinguistic vitality: An empirical study. *Journal of Language and Social Psychology* 16.1: 23–49.
- Lim, Nicholas – Umberto Ansaldo 2016. Revitalising an endangered Creole: The case of Kristang. *Language Documentation & Conservation* 10 : 345–375.
- Lima-Padovani, Bruna F. 2016. *Levantamento Sociolinguístico do Léxico da Língua Apurinã e sua contribuição para o conhecimento da cultura e história Apurinã (Arauaque)*. Tese de mestrado. Belém:Universidade Federal do Pará.
- Lima-Padovani, Bruna – Camille Miranda – Jeanne Barros 2019. *A importância da documentação e descrição linguística para revitalização de línguas ameaçadas. Domínios de Linguagem* 1: 900-926. 10.14393/DL39-v13n3a2019-4.

- Lima-Padovani, Bruna Fernanda Soares 2020. *Estudo do léxico da língua Apurinã uma proposta de macro e microestrutura para o dicionário Apurinã*. Tese (Doutorado em Letras, Orientador: Sidney da Silva Facundes.) – Belém: Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/15372>.
- Lüpke, Friederike 2018. Escaping the Tyranny of Writing: West African Regimes of Writing as a Model for Multilingual Literacy. *The Tyranny of Writing. Ideologies of the Written Word*, orgs. Weth Constanze – Kasper Juffermans. London: Bloomsbury. 129–147.
- Maffi, Luisa – Ellen Woodley 2010. *Biocultural diversity conservation: a global sourcebook*. London/Washington, D.C.: Earthscan.
- Mair, Christian 2020. World Englishes in Cyberspace. *The Cambridge Handbook of World Englishes*, orgs. Schreier, Daniel – Marianne Hundt – Edgar Schneider. Cambridge: Cambridge University Press. 360–383.
- Montes-Alcalá, Cecilia 2016. *iSwitch*: Spanish-English mixing in computer-mediated communication. *Journal of Language Contact* 9: 23–48.
- Nettle, David – Suzanne Romaine 2000. *Vanishing Voices: The Extinction of the World's Languages*. Oxford: Oxford University Press.
- Ong, Walter J. 1982. *Orality and Literacy: the Technologizing of the Word*. London/New York: Routledge.
- O'Rourke, Bernadette 2011. Whose Language Is It? Struggles for Language Ownership in an Irish Language Classroom. *Journal of language, identity, and education* 10 (5): 327–345.
- Pavlenko, Aneta – Bonny Norton 2007. Imagined communities, identity, and English language learning. *International Handbook of English Language Teaching*, orgs. Jim Cummins & Chris Davison. New York: Springer. 669–680.
- Preston, Dennis R. 1989. *Perceptual dialectology: Nonlinguists' views of areal linguistics*. Dordrecht: Foris.
- Ross, James 2007. Routes for Roots: Entering the twentyfirst Century in San Andrés Island, Colombia. *Caribbean Studies* 35 (1): 3–36.
- Rubin, Aaron D. – Lily Kahn 2020. *Jewish languages from A to Z*. Abingdon, New York : Routledge.
- Sanabria James, Luz Amparo – Raquel Sanmiguel Ardila – Monique Schoch Angel 2019. Retos de la educación intercultural trilingüe en el contexto de una isla del Caribe colombiano: caso San Andrés Isla. *Voces y Silencios: Revista Latinoamericana de Educación* 10 (1): 35–47.
- Sanmiguel Ardila, Raquel – Monique Schoch Angel – Bryan Steven Loaiza-Camacho 2021. Retos y oportunidades contemporáneos del kriol en el archipiélago de San Andrés, Providencia y Santa Catalina, Colombia. *Forma y Función*, 34 (2). <https://doi.org/10.15446/fyf.v34n2.88613>.
- Schoch Angel, Monique 2021. When a paña speaks creole: crossing ethnolinguistic boundaries. *When Creole and Spanish Collide. Language and Cultural Contact in the Caribbean*, eds. Glenda Leung – Miki Loschky. Caribbean Series. Leiden: Brill. 213–233.
- Siasi/Sesai. s.d. *Quadro Geral dos Povos – Povos Indígenas no Brasil*. [https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro\\_Geral\\_dos\\_Povos](https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos). Acesso em: 10.08.2024.

- Siegel, Jason F. 2010. Decreolization: A critical review. *Indiana University Working Papers in Linguistics* 9, orgs. Clements, Clancy J. – Megan E. Solon – Jason F. Siegel – B. Devan Steiner. Bloomington, IN: IULC Publications. 83–98.
- Soares, M. A. R., D. da C. Rodrigues Junior – A. V. Galucio 2024. A dicionarização como ferramenta de revitalização de línguas ameaçadas: dois relatos de experiência. *Cadernos De Linguística*, 5(1): e704. <https://doi.org/10.25189/2675-4916.2024.v5.n1.id704>
- Spolsky, Bernard. 2004 *Language Policy*. Cambridge: Cambridge University Press. Acesso em
- Table of Indigenous Peoples 2018. *Table of Indigenous Peoples* [https://pib.socioambiental.org/en/Table\\_of\\_Indigenous\\_Peoples](https://pib.socioambiental.org/en/Table_of_Indigenous_Peoples). Acesso em 22.04.2025.
- Thaler, Verena 2003, *Chat-Kommunikation im Spannungsfeld zwischen Oralität und Literalität*. Berlin: Verlag für Wissenschaft und Forschung.
- van Coetsem, F. 1988. *Loan Phonology and the Two Transfer Types in Language Contact*. Dordrecht: Foris.
- Virtanen, Pirjo Kristiina 2015a. Fatal Substances: Apurinã's Dangers, Movement, and Kinship. *Indiana* 32: 85–103.
- Weinreich, Uriel 1954. Is a Structural Dialectology Possible? *Word* 10(2–3): 388–400.
- Virtanen, Pirjo Kristiina 2015b. Indigenous Social Media Practices in Southwestern Amazonia – DigitalExchanges. *AlterNative. An International Journal of Indigenous Peoples* 11 (4): 350–362.
- Wee, Lionel 2002. When English is not a Mother Tongue: Linguistic ownership and the Eurasian community in Singapore. *Journal of Multilingual and Multicultural Development* 23 (4): 282–295.
- Woolard, Kathryn A. – Bambi B. Schieffelin. 1994. Language Ideology. *Annual Review of Anthropology* 23 (1): 55–82.
- Zuckermann, Ghil'ad 2020. *Revivalistics: From the Genesis of Israeli to Language Reclamation in Australia and Beyond*. Oxford: Oxford University Press.
- Zuckermann, Ghil'ad 2021. Revivalistics is Not Documentary Linguistics. *Sustainable Multilingualism* 18: 1–13.
- Zuckermann, Ghil'ad – Paul Monaghan 2012. Revival Linguistics and the New Media: Talknalogy in the service of Barngarla Language Reclamation. *Foundation for Endangered Languages XVI Conference: Language Endangerment in the 21st Century: Globalisation, Technology & New Media*, orgs. Ka'ai, Tania – Muiris O'Láoire – Nicholas Ostler – Rachael Ka'ai-Mahuta – Dean Mahuta – Tania Smith. Auckland; Te Ipukarea and Printsprint, AUT University/Bath: Foundation for Endangered Languages. 119–126.
- Zuckermann, Ghil'ad – Michael Walsh 2011. Stop, Revive, Survive: Lessons from the Hebrew Revival Applicable to the Reclamation, Maintenance and Empowerment of Aboriginal Languages and Cultures. *Australian Journal of Linguistics* 31: 111–127. doi:10.1080/07268602.2011.53285